

Editorial

Em forma de poesia II

Por mim, acho que só as mulheres podem desarmar a sociedade, até porque elas são desarmadas pela própria natureza: Nasceram sem pênis, sem o poder fálico da penetração e do estupro, tão bem representado por pistolas, revólveres, flechas, espadas.

Ninguém lhes dá, na primeira infância, um fuzil de plástico, como fazem com os meninos, para fortalecer sua virilidade e violência.

As mulheres detestam sangue, até mesmo porque têm que derramá-lo na menstruação ou no parto. Odeiam as guerras, os exércitos regulares ou as gangues urbanas, porque lhes tiram os filhos de sua convivência e os colocam na marginalidade, na insegurança e na violência. É preciso voltar os olhos para a população feminina como a grande articuladora da paz.

E para começar, queremos pregar o respeito ao corpo da mulher. Respeito às suas pernas que têm varizes porque carregam latas d'água e trouxas de roupa. Respeito aos seus seios que perderam a firmeza porque amamentaram seus filhos ao longo dos anos. Respeito ao seu dorso que engrossou, porque elas carregam o país nas costas.

São as mulheres que irão impor um adeus às armas, quando forem ouvidas e valorizadas e puderem fazer prevalecer a ternura de suas mentes e a doçura de seus corações.

Nem toda feiticeira é corcunda.

Rita Lee cantora e compositora

Opinião

Paulo Henrique Costa Mattos
Professor de Sociologia da UNIRG

POR UMA REFORMA POLÍTICA POPULAR

Depois de tanta corrupção revelada e de tantos descaminhos no cenário político brasileiro, parece que chegou a hora de se fazer uma profunda reforma política. Mas será preciso que a sociedade lute por mudanças drásticas e não apenas uma maquiagem que iluda mais uma vez os eleitores e a maioria dos cidadãos.

Devido a conjuntura marcada pela corrupção e os desvios de recursos públicos a reforma política talvez seja a Reforma mais importante colocada na agenda do governo. Mas o que está em discussão há bastante tempo no Congresso são propostas dispersas de partidos políticos e de parlamentares. De modo que não se sabe se o governo e sua base parlamentar vão encampar essas propostas.

Contudo, de todas as propostas de reforma política postas em discussão, as que sem dúvida, devem merecer atenção prioritária são aquelas que corrigem distorções no sistema de representação popular, que, a nosso ver, são as seguintes:

1) A realização de eleições para cargos eletivos federais e estaduais em uma mesma data, que debilita o caráter nacional dos partidos políticos, mina sua unidade e disciplina, propicia alianças espúrias e vicia os resultados do pleito, comprometendo a qualidade da representação popular nas instituições do poder político.

2) A forma de representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, que não respeita nem o princípio da proporcionalidade prevista na Constituição, nem o princípio do sufrágio universal, uma das cláusulas pétreas da nossa Carta Magna.

3) A presença de "senadores biônicos" no Congresso

Nacional, para lá conduzidos por um sistema esdrúxulo de escolha dos suplentes de senadores, pelo qual eles não precisam de voto para chegar ao Senado. Trata-se de mais uma violação do princípio do sufrágio universal, que impõe o voto direto para escolha dos representantes do povo em qualquer cargo eletivo.

Embora o Senado já tenha aprovado matérias importantes para serem implementadas a partir das próximas eleições, muitas propostas ainda precisam ser apresentadas para que se efetive uma verdadeira Reforma Política de cunho popular, mesmo, que elas sejam aprovadas em PECs fatiadas e de efeito futuro. Nesse sentido é preciso ao meu ver que sejam aprovadas no mínimo as seguintes propostas:

1) Incluir no currículo de ensino fundamental e de ensino médio as disciplinas específicas de noções básicas de política e de cidadania (para preparar o futuro eleitor);

2) Alterar a Lei Complementar 6490 a fim de que parlamentares que renunciaram por suspeita de corrupção se tornem inelegíveis por mais 4 anos após o prazo do término de seu mandato;

3) Voto facultativo e calendário eleitoral simultâneo para todos os pleitos;

4) Mandato de 5 anos para presidente, vice, governadores, senadores, deputados e vereadores, sem direito à reeleição;

5) Quebrar os sigilos: bancário, fiscal e telefônico de todos candidatos a cargos eletivos, antes e após o exercício de seus mandatos;

6) Redução do número de senadores e de deputados, estaduais e federais, conferindo ao Poder Legislativo uma representatividade mais lógica e econômica;

7) Redução das férias

parlamentares para apenas 30 dias e não 90 dias, além de trabalho obrigatório de segunda a sexta-feira;

8) Redução do número de partidos políticos pela manutenção da cláusula de desempenho no percentual de 5%;

9) Financiamento público apenas para as campanhas eleitorais e punição severa para quem utilizar-se de Caixa 2;

10) Proibir o nepotismo e reduzir os cargos de confiança.

Sem isso, o exercício da democracia no país sofrerá mais um retrocesso e veremos mais uma maquiagem no sistema político sem que realmente se alcance as mudanças essenciais envolvendo a reforma política. Não se separará quais os elementos centrais dos secundários e quais os que, levados à prática, representariam um avanço no nível da democracia do País.

Contudo, não basta apenas a implementação de uma Reforma Política como medida de aperfeiçoamento da democracia e de maior participação popular no exercício do Poder. Temos que urgentemente retomar o debate sobre a adoção do parlamentarismo no Brasil. Essa questão foi objeto de debate durante a Constituinte e despertou interesses de importantes segmentos da sociedade. Tanto que se chegou a realizar um plebiscito, em 1993, sobre a forma de governo, tendo o regime parlamentarista alcançado expressiva votação. Mas essa questão não está na pauta atual da reforma política, razão pela qual deixa de ser tratada, não obstante a sua importância para o aprofundamento da democracia no Brasil ainda tem um peso significativo.

O Brasil precisa se reinventar e essa reinvenção passa pelo aperfeiçoamento das instituições políticas e da nossa ainda capenga democracia.

Aqui & Acolá Gil Correia
Da Redação

INCOERÊNCIA - Estranha a atitude do Tribunal de Contas, popularmente conhecido no Tocantins como Tribunal-Faz-de-Contas, com relação à cidade de Sucupira. Recentemente uma equipe esteve no município fazendo visita de rotina, contudo o trabalho executado contradiz com o ordenamento constitucional, especialmente em Sucupira, com a existência de uma CPI que investiga justamente o que o TCE deveria estar fazendo.

INCOERÊNCIA II - Neste momento, quando deveria auxiliar à Câmara Municipal, no exercício da fiscalização, nada fazem no sentido de orientar e nem auxiliam, pairando dúvidas quanto ao seu modo de condução do processo. Mais estranho ainda foi à insinuação de que a Câmara deveria parar com a investigação. A representação ficou de voltar no dia 30 de outubro, tendo agendado reunião com todos os vereadores. Vamos ver o que acontece. Nós estaremos de olho.

INCOERÊNCIA III - Já basta a falta de ação do Tribunal de Contas na cidade de Figueirópolis, quando constatou aberrações administrativas e até agora nada foi feito ou se fez, trancou a sete chaves o resultado, que deveria ir ao plenário no início do ano e até agora pelo que se sabe, "necatibiribas".

CALDEIRÃO POLÍTICO - É o que promete o cenário político tocantinense com as mudanças anunciadas para até o dia 30 de setembro. É dada como certa a filiação do prefeito João Cruz ao PPS, partido do deputado Eduardo do Dertins e da base aliada ao governador Marcelo Miranda. Também é dada como certa a filiação do ex-governador Siqueira Campos ao PSDB, ex-partido de Marcelo Miranda e de João Cruz. E o Leomar Quintanilha, que não ata nem desata. Está com crise de identidade. Será que agora vai se filiar ao partido comunista?

LAMENTÁVEL - Saber que a questão do mensalinho ou mensalão chegou ao Tocantins com o envolvimento do presidente regional do PDT, Itelvino Pisoni, que usou a sua empresa, a Imperador, para suporte de empréstimo ao Partido dos Trabalhadores, com o aval do ex-tesoureiro do PT nacional, Delúbio Soares. Pisoni e o secretário geral do PT Donizetti Nogueira negaram a existência do Caixa 2, mas a notícia causou a saída de Itelvino Pisoni do comando estadual do PDT.

LAMENTÁVEL II - A repercussão provocou até o cancelamento ou retirada forçada do programa do PDT do ar, que usa e abusa da defesa da ética como bandeira do partido. Como falar em ética ou defesa da ética se o mesmo Itelvino Pisoni foi preso em flagrante, há quase um ano pela Polícia Federal em Gurupi, com um saco cheio de dinheiro e relação de eleitores que estavam sendo pagos, em pleno dia de eleição?

ESTADO DO TOCANTINS
Câmara Municipal de Gurupi

Trabalhando em prol da comunidade gurupiense

anotícia www.anoticia-to.com.br

Fundado em 28 de dezembro de 2001 - CNPJ nº 04.832.148/0001-43

É uma publicação da G&S Edições de Jornais Ltda.

Diretora Administrativa/Financeira: Lena Sodré

Editor Geral: Gil Correia DRT-TO 065

Diagramador: Romilton Barbosa Pereira

Colaboradores: Mário Filho, Paulo Henrique Costa Mattos e Mauricio Feleno

Circulação: Aliança, Almas, Alvorada, Araguaçu, Brejinho de Nazaré, Cariri,

Cristalândia, Crixás, Dianópolis, Dueré, Fátima, Figueirópolis, Formoso do

Araguaia, Gurupi, Jaú, Lagoa da Confusão, Natividade, Palmas,

Palmeirópolis, Peixe, Sandolândia, Santa Rita, São Salvador, São Valério,

Sucupira, Talismã

Tiragem: 3.000 exemplares - Periodicidade: Quinzenal

Impressão: Gráfica Catarina - (63) 3312-3333

Endereço: Avenida Santa Catarina, 2845, CEP: 77403-060,

Fone: (63) 3312-5506 - Fax: (63) 3312-5508 - Gurupi - TO

E-mail: anoticia-to@uol.com.br - Home Page: www.anoticia-to.com.br

OBS: As matérias assinadas são de livre responsabilidade dos autores, não representando necessariamente a opinião deste jornal.